

INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS NAS ESCOLAS DA REDE REGULAR DE ENSINO

Terezinha Rodrigues de Souza

Graduação. Especialização. Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University.

<https://orcid.org/0009-0000-8253-8100>

E-mail: therodrigues94@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2026.V5N1-06>

RESUMO: Este trabalho teve como temática Educação Inclusiva, para alunos com Deficiência Auditiva, na Rede Regular de Ensino. A justificativa do tema se deu devido aos anseios de conhecer a realidade e o processo inclusivo, para alunos com deficiência auditiva, na rede regular de ensino, sabendo que vários alunos com deficiência auditiva frequentam escolas da rede regular de ensino e encontram muitas barreiras que dificultam a aprendizagem. Considerando o tema um desafio contemporâneo que visa à necessidade de promover a conscientização social e ampliar o desenvolvimento de processos inclusivos para educandos portadores de deficiência auditiva na rede regular de ensino. Assim, o principal objetivo dessa pesquisa foi compreender a realidade dos educandos deficientes auditivo vivenciado no ambiente de aprendizagem, na aquisição dos conhecimentos e no desenvolvimento educacional, sua socialização, forma de se comunicar durante o processo de aprendizagem, onde praticamente todos os alunos e professores são ouvintes. Considerando as especialidades como característica inerente a pessoa humana, e pela quais todos têm o direito de serem respeitados e ter suas necessidades atendidas, a falta de cumprimentos desses direitos ou estratégia inadequada de ensino e aprendizagem, pode fazer com que muitos alunos sintam-se marginalizados, um dos principais motivos causador da evasão escolar. A inclusão não pode ser vista como algo imposto e sim como uma premissa onde o sujeito surdo seja parte dos contextos sociais que vive. Sem que haja diferença no atendimento a surdo, e ouvinte em sala de aula, que seja comum ao ambiente escolar ter surdos e ouvintes no mesmo espaço. A educação inclusiva significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. Mas para que isso aconteça devemos começar pela formação de professores, fortalecendo a mesma para que tenha acesso, à língua de sinais e que a Libras se torne não só parte da formação inicial e continuada dos profissionais da educação, mas de uso frequente nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação. Comunicação. Inclusão. Libras.

INCLUSION OF HEARING-IMPAIRED STUDENTS IN REGULAR SCHOOLS

ABSTRACT: This work had the theme Inclusive Education, for students with hearing impairment, in the regular school system. The justification of the theme was due to the desire to know the reality and the inclusive process, for students with hearing impairment, in the regular education network, knowing that several students with hearing impairment attend schools in the regular education network and encounter many barriers that hinder the Learn. Considering the theme a contemporary challenge that aims to promote social awareness and expand the development of inclusive processes for students with hearing impairment in the regular school system. Thus, the main objective of this research was to understand the reality of hearing impaired students experienced



in the learning environment, in the acquisition of knowledge and in educational development, their socialization, way of communicating during the learning process, where practically all students and teachers are listeners. Considering the specialties as an inherent characteristic of the human person, and for which all have the right to be respected and to have their needs met, the lack of fulfillment of these rights or inadequate teaching and learning strategy, can make many students feel marginalized, one of the main reasons for dropping out of school. Inclusion cannot be seen as something imposed, but as a premise where the deaf person is part of the social contexts he lives. Without any difference in attendance to the deaf, and listener in the classroom, it is common for the school environment to have deaf and hearing people in the same space. Inclusive education means educating all children in the same school context. But for that to happen, we must start with teacher training, strengthening it so that it has access to sign language and that Libras becomes not only part of the initial and continuing training of education professionals, but of frequent use in schools.

KEYWORDS: Training. Communication. Inclusion. Pounds.

INTRODUCAO

A presente pesquisa teve como tema, Educação Inclusiva para alunos, com Deficiência Auditiva na Rede Regular de Ensino. Abordando a história de atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, observa-se uma realidade que se pautou ao longo do tempo pela afronta à dignidade humana e que ainda hoje mantém resquícios muito presentes, para a existência de preconceitos e discriminação.

A sociedade atual enfrenta muitos desafios, em busca de reconhecer a diversidade e incluir os marginalizados e estigmatizados, buscando uma educação que conte com as diferenças e supere a existência do binômio da exclusão-inclusão.

Sabe-se que a superação do binômio requer ruptura de paradigmas, o que significa abertura de espaços, reconhecimento de identidade, fortalecimento da dignidade humana e potencialização de capacidade, buscando constantemente proporcionar uma educação inclusiva que pressupõe que todos possam ser atendidos em suas condições, características e necessidades, promovendo ações de justiça e equidade.

Diante disso, a sociedade tem investido esforços no sentido de estabelecer vínculos mais significativos com as pessoas com necessidades educacionais especiais. Também os cursos de formação de professores têm provocado polêmicas, discussões em torno das políticas de educação inclusiva, considerando a necessidade de uma preparação



competente para o atendimento educacional das crianças que frequentam os diversos espaços educativos.

No Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento a educação especializada aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede pública de ensino.

Embora a legislação determine a inclusão para todos, com direito à educação de qualidade, o que se constata na prática, diverge muito deste paradigma que emerge na sociedade contemporânea, tão carente de atitudes positivas, contradizendo as prerrogativas decorrentes das políticas públicas estabelecida, na Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia em 1990, com a Declaração de Salamanca de 1994, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394, promulgada em dezembro de 1996, com os Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares de 1999, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, bem com o documento Estratégias e Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Segundo Fernandes (2006), o movimento inclusivo tem como objetivo resgatar todo alunado excluído, com a argumentação de que a diversidade na escola é um fator potencializador da aprendizagem no sentido acadêmico, relacional e humano.

Buscou-se incluir e apresentar algumas considerações e discussões que são consideradas oportunas dentro deste contexto. É sabido que muitos alunos portadores de necessidade especiais frequentam escolas da rede regular de ensino, por isso é preciso levar em conta que; o aluno surdo, quando chega a uma escola inclusiva, não traz uma bagagem de conhecimento, visto que muitos nunca aprenderam a ler o português e ainda não são fluentes em sua língua materna. Fatos como esses requerem reformas no projeto político pedagógico da escola, para garantir uma educação de qualidade para surdos e ouvintes.

Desta forma a escolha do tema se deu devido ao anseio de conhecer a realidade no ambiente de aprendizagem dos educandos portadores de necessidade auditiva inclusos na rede regular de ensino, considerando suas limitações com relação aos colegas



de classes e professores, de uma vez que, convivem com colegas e professores ouvintes, dessa maneira fica claro que é inevitável encontrar muitas barreiras que dificultam e até mesmo impedem a aprendizagem, principalmente no que se refere língua portuguesa, com relação à leitura e a escrita.

Como embasamento teórico foram abordadas, questões como as políticas públicas para educação especial e inclusiva, contemplando uma educação para todos, sem que haja preconceito e discriminação. Através da pesquisa, verificou-se, que teoricamente existem legislações que amparam a inclusão de alunos portadores de necessidade auditiva, porém estas políticas não contribuem para formação continuada dos professores, para que eles possam atender as especificidades dos alunos. Ainda ficou evidente, que as dificuldades e as barreiras que os educandos portadores de deficiência auditiva enfrentam no dia-a-dia são diversas, contudo, uma das mais acentuada é a falta de comunicação com o professor, pois na maioria das vezes o professor não sabe a língua de sinais.

Diante deste cenário, a inclusão de alunos portadores de necessidade auditiva, é sem dúvida um tema muito discutido por teóricos, pois há quem discorde com a inclusão desses educandos em escolas de ensino regular, uma vez que não há uma interação direta do aluno com o professor.

De acordo, com Minetto (2008, p. 98), a inclusão pode ser uma “faca de dois gumes”. Podendo ser excelente para o desenvolvimento de uns e angústias de muitos, se não possuir estruturação.

Dentro desse contexto, o objetivo principal da pesquisa foi compreender as dificuldades que os educandos portadores de necessidades auditivas, encontram durante o processo de aprendizagem, considerando a acessibilidade no espaço físico e materiais didáticos, um fator indispensável para o acesso e permanência na escola.

Para a realização deste trabalho, foi desenvolvida, uma pesquisa bibliográfica mediante a apreciação de livros e artigos científicos. Fundamentado em escritores como Fernandes, E. (2003), Fernandes (2011), Ferreira (2006), Gil (2008), Guarinello (2007), Minetto (2008), Quadros (1997 e 2004), entre outros.

Neste sentido, foi abordado o tema Histórico da inclusão dos portadores de



necessidades auditivas no Brasil apresentando os vários desafios com relação ao sistema de ensino, destacando o período de transição até chegar aos direitos sociais dessas pessoas, onde grandes partes da sociedade ignoravam sua existência. Fica claro, que ainda, nos dias atuais vivemos em um mundo, onde algumas pessoas têm mais direitos que outras, são mais privilegiadas que outras, devido alguma característica que é inerente da pessoa, que devido a essa “característica” não se enquadra dentro dos padrões proposto pela sociedade que criou uma forma de padronização do que é “normal ou anormal”.

Essas diferenças, esses pensamentos pré-conceitos devem ser superados para promover a inclusão de fato, além disso, é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que venha beneficiar toda e qualquer pessoa, com escola adaptada, pessoal preparado para trabalhar, material acessível ao aluno, melhorar e colocar em prática as leis existentes, garantindo ensino digno e de qualidade a todos.

DESENVOLVIMENTO

A metodologia aplicada nesse trabalho foi a de pesquisa bibliográfica e tem o intuito de fundamentar e ampliar o conhecimento do pesquisador ou a quem interessar.

Muller e Cornelsen (2003) consideram que:

O conhecimento científico surge dos diferentes modos de produção do conhecimento e do uso que se faz dele. Sendo assim, o progresso científico está na dependência da circulação e do uso efetivo das ideias, posto que a informação constitui, a um só tempo, insumo e produto de toda atividade científica (Muller; Cornelsen, 2003, p. 1).

No tocante aos métodos e procedimentos, verifica-se que a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 2008, p. 8), para que os objetivos do método científico sejam atingidos.

Em relação à pesquisa qualitativa, considera-se existir uma ligação dinâmica entre o real e o ser humano, uma relação que não está coligada na objetividade e na subjetividade do indivíduo, não podendo ser transcrita em dados estatísticos.

Para a efetivação desta pesquisa foi realizado estudos em vários livros de diferentes autores, a fim de construir um material teórico levando em consideração a ideia criada por esses autores e seus diferentes conceitos sobre o tema.



HISTORICO DA INCLUSAO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADE AUDITIVA NO BRASIL

A surdez sempre existiu, porém antigamente as pessoas surdas não eram respeitadas e nem considerados como seres humanos. Fernandes relata que “atos desumanos foram praticados por diferentes civilizações, as quais consideravam a surdez um castigo” (Fernandes, 2011, p. 21).

Durante toda trajetória da educação especial pode-se dizer que o espaço conquistado, foi através de muito sofrimento, pois o deficiente era visto como incapaz por toda sociedade, sem mencionar que eram torturados, abandonados por suas famílias sendo estes, escondidos e isolados do convívio social pelo preconceito e discriminação. Devido a isto, houve a preocupação com a dignidade humana através de mobilizações para que o deficiente fosse visto como cidadão capaz de exercer sua cidadania. Montoan também contribui dizendo que:

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos, que exigem maior igualdade e mecanismos mais equitativos no acesso a bens e serviços ligados a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de restituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadoras de ensino especial e regular. A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais (Montoan, 2006, p. 16).

No Brasil, os atendimentos para pessoas especiais iniciaram, somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Essa declaração dava direitos a essas pessoas a terem uma vida normal, tendo liberdade, direito a educação entre outras. Ferreira (2006) destaca que:

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a lei nº 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das



equipes de reabilitação/ educação especial) (Ferreira, 2006, p. 87).

A história da educação de surdos iniciou-se com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, hoje atual Instituto Nacional de Educação de surdos - INES, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês E. Huet, localizado no Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, que hoje é o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES era a única escola, em nível federal, existente no país. Desse modo, por algum tempo perpetuou-se um processo histórico, entre médicos e outros profissionais, de que o INES era o único local para onde os surdos deveriam ser encaminhados. Por isso, até hoje o INES é considerado uma referência nacional na educação de surdos.

Ao olharmos para o como a humanidade tratou a diversidade ao longo do tempo, é possível ver avanços, com relação aos responsáveis pela instrução dos surdos, porém apesar de o Brasil ter mudado algumas políticas para construir uma sociedade melhor e mais justa para as pessoas com necessidades especiais, ainda existe um descaso muito grande por parte do governo e dos que participam da política.

A LDB 9394/1996 (lei de diretrizes e base da educação), artigo 59, assegura ao aluno currículo, métodos, recursos, e organização específico para atender suas necessidades, ou seja, a lei 9394/96 artigo 59 prevê que os ritmos serão diferentes, que alguns alunos poderão concluir mais rapidamente e que outros podem levar mais tempo para concluir, que tem direito a currículo diferenciado, a metodologia a recursos e alguma organização do trabalho que seja específico as suas características e as suas condições.

Já o terceiro inciso, é muito relevante, pois faz referência aos professores do ensino regular que ainda não são especializados para o ensino dos educandos com Necessidades Educacionais Especiais, declarando ainda a extrema importância de sua especialização e capacitação para atuar com a inclusão desses alunos nas salas regulares.

O decreto 3298 define educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidade de ensino, desde a criança que se matrícula na creche até aquele que está no nível de conclusão de doutorado, tem acesso à modalidade específica, transversal da educação especial, e por isso ela tem currículo, metodologia, organização, materiais voltado para suas necessidades. Igualdade de condições,



qualidade e gratuito, respeito à diversidade.

Sendo assim, a escola é obrigada a fornecer um ensino de qualidade, sem excluir qualquer pessoa independentemente da cor, da raça e de sua necessidade.

Muitas leis são criadas pelo governo, mas várias não são aplicadas de forma correta na prática. Muitas vezes tem uma falta enorme de pessoas capacitadas para exercerem as leis. A falta de verba dificulta um acolhimento dessas pessoas que necessitam de cuidados especiais, por exemplo, alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios, devem estar associados e sincronizados aos alarmes visuais intermitentes, para alertar deficientes visuais e auditivos. Na NBR 9050/2004 é especificado que nas escadas que interligam os diversos pavimentos, inclusive nas de emergência, deve haver sinalização tátil e visual informando o número do pavimento a sinalização pode ser instalada nos corrimãos.

A norma de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaço e equipamento urbanos (ABNTNBR 9050: 2015) determina que as escolas brasileiras públicas e privadas devem ser acessíveis e que A Eliminação das barreiras (urbanísticas, nas edificações, nos transportes, comunicações e informações) deve ser uma constante no processo de educação inclusiva.

Com bases legais na constituição federal de 1988, a frequência dos alunos com algum tipo de deficiência aumentou no ensino regular, e com isso o problema de escolas e professores despreparados para atendê-los. Principalmente com o aluno surdo, que depende da língua brasileira de sinais LIBRAS, para o ensino aprendizagem. Além do intérprete que é a ponte de comunicação entre o surdo e o ouvinte, (e por vezes esse profissional não está inserido na escola) dando possibilidades de comunicação entre professor e aluno surdo.

A maioria das escolas não apresenta as condições mínimas de comunicação entre a comunidade escolar e o aluno surdo, visto que se faz necessário considerar a língua materna do surdo que é LIBRAS, a qual ele precisa dominá-la por completo, para posteriormente ser trabalhado na língua portuguesa que seria para o surdo, uma segunda língua.



Carvalho (1997) diz que a inclusão é um ‘processo e deve ser conquistado, pois se faz necessário que a escola como instituição socializadora e responsável pela formação da criança, proporcionem o desenvolvimento do aluno em todos os aspectos.

A verdade é que as pessoas com necessidades específicas necessitam de auxílio para desenvolver ou minimizar sua dificuldade. Segundo Paulon 2005, outro “fator importante para que aconteça a inclusão é a formação do professor que exerce função essencial para melhorar o processo de ensino e para saber lidar com as diferentes situações que implicam na tarefa de educar”.

Importante destacar que as dificuldades não são somente dos alunos mais da escola, do professor em como lidar com este aluno, como trabalhar, avaliar, entender, interagir de modo a facilitar o convívio e a aprendizagem do aluno.

Streiechen (2012, p. 113) diz que “a inclusão do aluno surdo no ensino regular tem gerado conflito e angústias aos profissionais envolvidos nesse processo”. Pois os professores reclamam que não tem formação ou estão despreparados para trabalhar com o aluno surdo enfrentando dificuldades de comunicação e sem sucesso na aprendizagem.

Sem dúvida nenhuma o profissional da educação deve ter conhecimento em práticas inclusivas para desenvolver um trabalho acessível e adequado ao aluno incluso, pois ele é o eixo principal para que aconteça a aprendizagem, independente se é ou não especial, compete a esse profissional desenvolver habilidades para aquisição do conhecimento. Mas os outros profissionais da comunidade escolar são complementos necessários para que aprendizagem se concretize, pois, o aluno não é só do professor, e sim da escola. O processo inclusivo deve ser realizado por todos no âmbito escolar. Como afirma Paulon:

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de educação estes profissionais tem se dedicado, trata –se de desenvolver um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um lugar na escola (Paulon, 2005, p. 24).

Sabe-se que é um desafio trabalhar com alunos inclusos, por isso os profissionais devem estar sempre buscando metodologias adequadas a cada especificidade, levando



em consideração o potencial de aprendizagem dos alunos, evitando comparações com o outro. Isso significa que cada um tem um jeito especial de aprender e a intervenção do professor é de grande relevância para o desenvolvimento da aprendizagem significativa num processo inclusivo que atenda a todos.

Todavia, certas modificações impulsionam discussões e geram consequências que devem ser analisadas por políticas, para que não gere descontentamentos e discriminação. Neste sentido, os documentos que norteiam as políticas da educação especial e concomitante educação inclusiva, são os seguintes:

- Lei Federal n 7.853, de 24 de outubro de 1989 – dispõe Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei n 3.298, de 20 dezembro de 1999 – institui Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- Lei n 10.172, de 09 de janeiro de 2001 – Aprova o Plano Nacional de Educação.
- Resolução CNE n 02, de 11 de setembro de 2001 – institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Estas leis teoricamente fazem com que sejam respeitados os direitos das pessoas que necessitam de atendimento especializado. É importante deixar claro que os atendimentos oferecidos pelas escolas inclusivas são de caráter complementar, tendo por objetivo o apoio às famílias, aos professores e aos alunos surdos ou surdos cegos, de necessidades educacionais especiais em seu processo de aprendizagem e inserção social.

FILOSOFIA EDUCACIONAL NA AREA DA SURDEZ.

A trajetória das pessoas com necessidades educativas especiais, ou seja, pessoas com deficiência é marcada pela exclusão, pois elas não eram consideradas pertencentes à sociedade, sendo, a maioria, abandonadas, escondidas ou mortas.



Conforme, Guarinello (2007) a pessoa surda era incapaz de se expressar e a audição seria o meio mais viável para atingir o aprendizado, em séculos passados não existiam escolas especializadas para atender as pessoas surdas, os próprios ouvintes que tentavam ensiná-los a ler e escrever.

Vale lembrar que todas as iniciativas de oralização desenvolvidas entre o início do século XVIII, têm caráter individual sendo realizadas por preceptores, geralmente contratados para educar Surdos oriundos da nobreza (Fernandes, 2011, p. 26).

A verdade é que as pessoas com necessidades específicas necessitam de auxílio para desenvolver ou minimizar sua dificuldade. Ainda, “Segundo Guarinello (2007) no Brasil esse processo educacional, apenas teve início no governo de D. Pedro II onde a escola era apenas para meninos surdos, e teve como fundador um francês pelo nome de Hernest Heret, que era um professor surdo”.

Apenas no ano de 2002, através da aprovação da Lei 10.436/2002 que a língua de sinais foi regulamentada no Brasil, como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 Art. 4º diz que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (Brasil, 2008, p. 01).

Para Quadros (2004, p. 19), “A língua brasileira de sinais é uma língua visual articulada pelas mãos, expressões essas vindas do corpo. É uma língua natural usada pelos surdos”.

As línguas de sinais são sistemas abstratos de regras gramaticais, naturais das comunidades de indivíduos surdos que a utilizam. Como toda a língua oral auditiva, não é universal, isto é, cada comunidade linguística tem a sua. Assim há uma língua de sinais inglesa, uma americana, uma francesa e várias outras, e vários países, bem como a brasileira (Fernandes, 2003, p. 39).

Voltado para essa nova realidade, nasceu o recente decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, uma medida oficial e nacional que busca instituir nos Cursos de Formação de Professores do Brasil um novo conhecimento obrigatório, de modo a obter

dessa categoria melhor qualificação para o exercício profissional na escola básica, já que está vem recebendo um contingente significativo dessa população que se vê, muitas vezes, impedida de progredir na escolarização pela ausência de um processo escolar condizente com suas necessidades linguísticas.

Dessa maneira, ficou clara a importância da língua brasileira de sinais para a inclusão do surdo no Ensino Regular, sendo esta essencial para o desenvolvimento e aprendizagem tornando-a mais significativa no contexto educacional.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA DOS SURDOS

O ambiente familiar desempenha um papel importante nos processos linguísticos das crianças, pois proporcionam o início das “interações comunicativas como base às futuras operações simbólicas e à interiorização de significados compartilhados socialmente” (Fernandes, 2011, p. 89).

A língua portuguesa está ligada a oralidade auditiva, por isso a criança surda tem dificuldades em aprendê-la. Na maioria das vezes, o que dificulta a aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua é a maneira do docente ensinar os alunos surdos, ou seja, a metodologia inadequada nesse contexto. Pois devido as suas especialidades se faz necessário uma metodologia específicas é necessário modificar o currículo e na prática do professor, porque a aprendizagem do surdo é diferente do aluno ouvinte, principalmente na elaboração e interpretação de textos. Desta maneira, foi possível compreender que as práticas inclusivas devem permitir que os alunos tenham acesso ao ensino/aprendizagem, com recursos pedagógicos adequados e suficientes para atender cada especificidade.

Para Minetto (2008, p. 62):

A escola inclusiva tem no seu currículo e no PPP o reflexo de seus pensamentos, concepções e desejos, por isso de nada adiantaria colocar no papel algo que não corresponda ao que será capaz de cumprir. A estruturação adequada de um currículo flexível só trará benefícios quando todos entendem sua razão e colaboram com sua execução.



Porém, mesmo com todas as dificuldades, os surdos têm direito de aprender a língua portuguesa como sua segunda língua, até porque vivem em uma sociedade onde o português é predominante.

A educação bilíngue é um desafio, que visa rever “práticas monolingues (baseadas na língua majoritária, o português) para uma educação linguística diferenciada, que também reconheça e incorpore ao currículo a língua minoritária, a Libras” (Fernandes, 2011, p. 106).

Na verdade, desconsidera-se, nesse processo, a possibilidade diferenciada de apropriação da língua portuguesa pelos surdos, mediada simbolicamente pela língua de sinais, ou seja, com base em estratégias essencialmente visuais, e não orais auditivas como acontecem com pessoas ouvintes (Fernandes, 2011, p. 115).

Compreendendo ser a educação, o mais importante recurso para ajudar a superar as provações do dia-a-dia. Assim, torna-se emergente propiciar condições para que esses alunados recebam a atenção necessária à construção dos vínculos afetivos, na mediação dos conhecimentos.

A partir disso, comprehende-se como da maior importância, a responsabilidade individual do educador, definidas pela grandeza de suas competências. Ele precisa estar consciente de que a instituição educativa tem um objetivo forte que é dar oportunidade para que as pessoas desenvolvam seu potencial e se transformem em cidadãos vencedores. Neste sentido, o planejamento e as atividades realizadas pelo professor que atende os alunos surdos, necessitam serem contextualizadas juntamente com referenciais visuais. É muito importante proporcionar ao aluno a expressão escrita, para que ele consiga ver seu desenvolvimento e o professor possa analisar o processo de aquisição do conhecimento.

Para Minetto [...] o que parece ser mais viável é uma reflexão sobre o currículo, para uma melhoria da prática, não a elaboração de novas teorias sobre o currículo. (2008, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo efetuado através de pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, ao longo do trabalho pode concluir que se faz necessário uma



reformulação na educação, no tocante a este tema. Ficou evidente que para a inclusão ser uma realidade, será necessário rever uma série de barreiras, além de políticas e práticas pedagógicas.

Para isso se faz necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem, levando em conta como se dá este processo para cada aluno. Devemos utilizar novas tecnologias e investir em capacitação, atualização, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante, para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem.

Pode constatar que a criança surda sente-se muito isolados na hora do recreio e na sala de aula pela falta de interação, fazendo com que elas fiquem tristes e nervosas e isso influência a aprendizagem e desenvolvimento escolar, seria essencial que se implantasse o ensino de libras como disciplina nas escolas, pois mesmo que os professores e colegas aprendessem o básico da língua já ajudaria muito o aluno surdo, as autoridades competentes deveriam ter ciência que libras é ensino obrigatório e a lei garante isso.

Porém, ficou mais claro ainda que entre tantas dificuldades a que mais dificulta a vida escolar desse aluno é a segunda língua, o português. Para ele é complicado entender as palavras e seus estudos se restringe a escola, pois sozinho em casa as dificuldades aumentam. A língua portuguesa possui muitas preposições e outras regras que não existem na língua de sinais, isso faz com que o aluno surdo, tenha dificuldade tanto na leitura, quanto na escrita.

Por tanto, para melhorar o processo de ensino aprendizagem interação e comunicação entre (professor aluno) e (aluno, aluno), seria viável que todos os professores da rede regular de ensino fizessem uma capacitação, e aprendessem pelo menos o básico da língua, (libras), entretanto não acabaria todos os problemas encontrados na sala de aula, mas já iria minimizar bastante.

A partir desse estudo, ficou claro que para o surdo sentir-se parte desse grupo, participando ativamente das atividades propostas, é necessário o conhecimento em Língua de Sinais por todos que fazem parte desse convívio escolar. Dessa maneira pode-



se entender a importância da língua brasileira de sinais LIBRAS, pois ela é a principal ferramenta para que haja a inclusão com responsabilidade e comprometimento, com outras ações educacionais necessárias para práticas inclusivas, não apenas no ambiente escolar, mas em todos os lugares onde há presença de surdos.

Contudo, através da pesquisa ficou evidente que as dificuldades e as barreiras que os alunos surdos enfrentam são diversas, por essa razão se faz necessário ajustar nossa a sociedade para que ela entenda que também precisa ser uma sociedade inclusa para que a escola possa incluir, é preciso pensar de como é que a escola pode dar esse salto de sair de uma escola que na realidade exclui mais do que inclui. A transformação da escola é um projeto de sociedade e a sociedade tem que pensar num projeto de escola que seja uma escola inclusiva e exigir uma política pública que funcione cobrar dos políticos, exigir direitos que temos e que são amparados por lei.

Por fim conclui que a sociedade precisa ter consciência que inclusão é um movimento muito amplo no qual a escola tem responsabilidades, no qual a escola se insere mais nunca um movimento que seja único e exclusivamente de responsabilidade da escola, a luta por uma educação que promova igualdade e equidade é de todos.

REFERÊNCIA

- FERNANDES, E. Linguagem e surdes. Porto Alegre: Artmed, 2003. FERNANDES, Sueli. Fundamentos Para Educação Fundamental. Porto Alegre: Ibpex, 2006.
- FERNANDES, Sueli. Educação De Surdos. Curitiba: 2. ed. Ibpex, 2011.
- FERNANDES, Sueli. Fundamentos Para Educação Especial. Curitiba: 2. ed. Ibpex, 2011.
- FERREIRA, Julio Romero. Educação Especial, Inclusão E Política Educacional: IN: RODRIGUES, D. (org.) Inclusão E Educação: Doze Olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos De Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUARINELLO, A.C. O papel do outro na escrita de sujeitos surdos. São Paulo: Plexus, 2007.
- MINETTO, Maria De Fatima. Currículo Na Educação Inclusiva: entendendo esse desafio. 2.ed. Curitiba: Ibpex, 2008
- QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos e aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Baseado na mamografia de especialização de Joneane



Novaes Da Silveira. Inclusão De Alunos Surdos No Ensino Regular.

CARVALHO, Vanessa Oliveira. A História De Educação Dos Surdos: O Processo Educacional Inclusivo (Ufpb). Versão Online ISBN 978-85-8015-093- Caderno Pde Professora E Psicóloga Marcia Gil Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar. O que é? Porquê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

Submissão: setembro de 2025. Aceite: outubro de 2025. Publicação: janeiro de 2026.

